

Cortar 5% do petróleo

por José Antônio Severo

O Brasil pretende este ano crescer 5% e diminuir o uso do petróleo como fonte de energia. Por menos ortodoxa que possa parecer, essa idéia não será tão inviável, se forem repetidos os resultados de 1980, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 8,6% e a demanda de derivados do petróleo caiu para menos 2,3%. A economia pode ser feita porque as energias alternativas não só cobriram a queda da demanda de petróleo como ainda supriram o que foi necessário para manter a economia crescendo aceleradamente.

Em 1981 o País manteve planos ambiciosos para incrementar a presença de energéticos alternativos na oferta de energia em níveis que possibilitem simultaneamente alimentar um crescimento de 5% do PIB e cortar mais 5% da demanda de petróleo.

As duas estrelas desse projeto são o álcool combustível e o carvão mineral. E na outra ponta da corda, sustentando uma diminuição do peso do petróleo na balança comercial, espere-se um aumento substancial da participação do petróleo nacional na oferta de hidrocarbonetos.

Uma outra variável é o próprio investimento no aumento da capacidade de produção de energia, o que será uma parcela considerável da expectativa de crescimento do PIB.

Sem contar o setor elétrico, o País tem recursos no valor de US\$ 4 bilhões para investir em projetos energéticos. São Cr\$ 303 bilhões, dos quais Cr\$ 140 bilhões para prospecção de petróleo, Cr\$ 80 bilhões do Fundo de Mobilização Energética (para fontes alternativas fora do Proálcool), Cr\$ 29,4 bilhões para mineração de carvão e Cr\$ 54 bilhões para álcool.

Com os Cr\$ 29,4 bilhões, 27 minas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina terão recursos para aumentar em 944 mil toneladas a oferta de carvão mineral, ampliando a produção de 3,5 milhões de toneladas para 4,4 milhões. Contudo a demanda para o carvão será de 4,9 milhões de toneladas, a fim de atingir os 36 mil barris equivalentes de petróleo (BEP) que se atribui a esse insumo no programa deste ano de substituição traçado pelo Ministério das Minas e Energia.

Falando ao repórter Delmar Marques, deste jornal, os responsáveis pelo carvão dos Estados produtores disseram ser possível atingir as metas, desde que sejam definidos esquemas de consumo e transporte pelo governo federal. Flávio Brinkman, presidente da empresa estatal gaúcha Companhia Riograndense de Mineração (CRM), afirmou que a capacidade ociosa da CRM permite acrescer em 700 mil toneladas a sua produção, tirando mais 400 mil

Produção brasileira de petróleo e LGN em barris

	1979	1980	Variação em %
Terra			
Ceará	—	120	—
Rio Grande do Norte	—	14 473	—
Alagoas	1 076 845	1 180 193	+ 9,6
Sergipe	10 079.958	10.548 296	+ 4,6
Bahia	29 822 295	27.546 795	(-7,6)
Espirito Santo	701 740	1 871 543	+ 167
Sub-total	41 680 838	41 161.420	(-1,2)
Mar			
Ceará	—	1 075 241	—
Rio Grande do Norte	3 761 363	4.878 558	+ 29,7
Sergipe	6 432 397	6.466 575	+ 0,5
Bahia	3.294 534	3 475 435	+ 5,5
Espirito Santo	1 427 275	981 335	(-7,1)
Rio de Janeiro	5 847 589	10 458 767	+ 78,9
Sub-total	20 763.158	27.335 911	+ 31,7
Total	62.443.996	68.497.331	+ 9,7
Média diária	171.079	187.151	+ 9,4

toneladas das minas de Minas e Energia) fazem Candiota, em Bagé, e 300 prognósticos diferentes para sua oferta em 1981. O ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, disse à repórter Solange Morgado, em Brasília, que a meta para 1981 será de 5 bilhões de litros, ou 60 mil BEPs/dia, e que uma produção de 80 mil BEPs/dia, como quer o ministro César Cals, das Minas e Energia, somente será possível na safra de 1982. Contudo, há medidas de economia de álcool carburante capazes de melhorar o perfil da demanda. Atualmente o consumo médio de álcool, por carro, está em torno de 500 litros/mês, o que é considerado muito elevado, acreditando o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que uma fiscalização eficiente reduzirá o consumo por unidade para 350 litros/mês em 1981. No ano passado, o País fabricou 250 mil carros a álcool e 40 mil automóveis convencionais foram convertidos em retíficas para o consumo desse combustível. Em 1981 serão fabricados 300 mil carros e outros 90 mil poderão ser convertidos.

No petróleo, o País pretende saltar de uma produção de 187 mil barris com que iniciou este ano para 280 mil barris/dia em dezembro. Em boa parte esses acréscimos se deverão à entrada em produção de sistemas antecipados, ou seja, da produção precária em alto-mar, bombeando-se petróleo para os tanques de petroleiros, enquanto os oleodutos submarinos definitivos não estão construídos e operando, o que só acontecerá por volta de

O esforço de produção provisória de petróleo justifica-se pela necessidade de o País diminuir ao máximo a necessidade de dólares para suas importações. No ano passado, o País importou US\$ 8,9 bilhões, US\$ 4,8 bilhões no primeiro semestre (a um preço médio de US\$ 28 por barril) e US\$ 4,1 bilhões no segundo semestre (ao preço médio de US\$ 31 por barril). No total as compras externas foram de 303.357 mil barris, um comércio que demandaria, se fosse feito nos mesmos níveis neste ano, US\$ 12 bilhões.

Por isso, além de desestimular via preço o uso de derivados do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo já decidiu cortar 2,4 milhões de toneladas de óleo combustível de consumo industrial. O mais dramático na execução dessa política de supressão de fornecimento é na área do óleo diesel, sobre o qual recai a energia para transporte de mercadorias, alimentos e coletivos. Uma das providências foi alterar ao máximo as frações de refino, despejando no diesel as frações mais pesadas da nafta. Atualmente o diesel representa 30% dos derivados do petróleo refinados pela Petrobrás.

Paralelamente ao crescimento das reservas de petróleo do País, que chegaram a 1,7 bilhão de barris no fim do ano passado, a Petrobrás, com recursos do Fundo de Mobilização Energética, inicia as obras da primeira usina para tirar óleo do xisto pirobetuminoso, em São Mateus do Sul, no Paraná. Essa planta, contudo, somente entrará em operação em 1985, com 25 mil barris/dia de óleo cru.

Na área de energia elétrica ainda não estão definidos os investimentos. Do orçamento da Eletrobrás, US\$ 4,5 bilhões serão investimentos, ou seja: a Eletrobrás, "holding" do sistema elétrico, terá Cr\$ 555 bilhões, dos quais Cr\$ 307 bilhões para investimentos, sendo que destes Cr\$ 67,8 bilhões irão para as obras de Itaipu. A prioridade, segundo o ministro César Cals, será para transmissão e subtransmissão, pois já existem pelo menos duas hidrelétricas no País — Foz do Arela e Salto Santiago — prontas mas sem as linhas para mandar a eletricidade que produzem aos centros de consumo.